

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

Que, por despacho proferido em 3 de Julho de 2007, foi designado o dia 25 de Setembro de 2007, pelas 11 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

16 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Olívia Esteves Silva Loureiro*. — O Oficial de Justiça, *Miguel Real*.

2611036773

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 5302/2007

Falência (apresentação) — Processo n.º 259/04.4TYVNG

Requerente — Manuel Teixeira Martins

Presidente da com. credores — CREDIFIN — Banco Crédito ao Consumo, S. A., e outro(s).

O Doutor Paulo Fernando Dias Silva, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que por sentença de 9 de Outubro de 2006, proferida nos presentes autos, foi declarada a falência do requerente Manuel Teixeira Martins, casado em regime de comunhão de adquiridos, número de identificação fiscal 159467225 e domicílio na Rua do Regatinho, 15, São Cosme, 4420-292 Gondomar, tendo sido fixado em 30 dias, contados da publicação do competente anúncio no *Diário da República*, o prazo para os credores reclamarem os seus créditos, conforme o estatuto no disposto no artigo 128.º, n.º 1, alínea e), do CPEREF.

Foi nomeado liquidatário da Comarca Álvaro Manuel Botelho da Costa, número de identificação fiscal 165136340 e endereço na Rua de José J. Gomes da Silva, 49, 7.º, direito, 4450-171 Matosinhos.

13 de Outubro de 2006. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *Maria João Monteiro Santos*.

2611036723

Anúncio n.º 5303/2007

Prestação de contas (liquidatário) — Processo n.º 355/04.8TYVNG-J

Requerida — FONCAR — Organização Ind. e Com. Têxtil, S. A.

O Dr. Paulo Fernando Dias Silva, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia, faz saber que são os credores e a falida notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

12 de Julho de 2007. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *A. Miranda*.

2611036799



PARTE E

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Édito n.º 635/2007

Em conformidade com o artigo 14.º do Regulamento Estatutário da Caixa, homologado por despacho do Ministro da Educação de 15 de Dezembro de 2000, declara-se que Maria Isabel Santos Taveira Mota, sócia desta Caixa n.º 19046, constituiu um subsídio, agora reduzido em € 49,32. Estando com os direitos suspensos desde 1 de Março de 1964, correm éditos de 30 dias, a contar da data da publicação no *Diário da República*, citando a sócia referida, ou os seus herdeiros, para comparecerem nesta Caixa, no prazo referido, a fim de regularizar a situação.

26 de Julho de 2007. — O Administrador-Delegado, *José António Coelho Antunes*.

2611036532

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Reitoria

Despacho n.º 17 521/2007

Nos termos da acção conjugada do n.º 5 do artigo 19.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, com os artigos 32.º e 33.º do Despacho Normativo n.º 178/90, de 27 de Dezembro, que homologa os Estatutos

da Universidade dos Açores, e por força do disposto nos artigos 35.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, delego no Prof. Doutor Ricardo da Piedade Abreu Serrão Santos, nomeado pró-reitor por despacho de 2 de Julho, as seguintes funções:

a) Representar, no Campus Universitário da Horta, o reitor nos actos que pela sua natureza o exijam;

b) Orientar e coordenar os actos de gestão necessários à execução das obras que hajam de ter lugar no âmbito territorial da Pró-Reitoria para que foi nomeado;

c) Promover e executar as acções que visem o desenvolvimento integrado do Campus, bem como coordenar a actividade dos serviços de secretaria locais com as linhas gerais de orientação das Direcções de Serviços Académicos, Administrativos, Técnicos e de Documentação da Universidade;

d) Dirigir, no espaço territorial do respectivo Campus, a gestão administrativa e financeira, designadamente no que respeita a remunerações, abonos, licenças, dispensas de serviço e demais actos de gestão corrente constantes do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 323/84, de 9 de Outubro.

As competências referidas nas alíneas anteriores não contemplam a autorização de despesas cujo valor exceda os € 3750, nem prejudicam os poderes de avoação e ou revogação dos actos praticados ao abrigo da delegação.

O presente despacho entra em vigor a partir da data da sua assinatura.

2 de Julho de 2007. — O Reitor, *Avelino de Freitas de Meneses*.